

ENTREVISTA

Antropologia Afro-Diaspórica dentre as fronteiras da Guiné Bissau e o Brasil

Peti Mama Gomes

Ramiro Esdras Carneiro Batista⁹⁵

Peti Mama Gomes se apresenta como uma feminista negra africana. Tem 29 anos de idade. Foi Jornalista e repórter de TV PKIS UTCHAK (olhando Terra) em Canchungo, Guiné-Bissau (2012-2014); membro efetivo da Rede Internacional das Mulheres Africanas (RIMA-Unilab); colaboradora de projeto de extensão – Projeto Teia – diferença, vida criativa e comunidade (IH/ICSA - UNILAB); membro das OKINKAS, Coletivo para Emancipação das Mulheres Guineenses (CEMGUI); doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora-ativista em caminhada diaspórica pela América Latina, Peti Mama compartilha suas impressões sobre as diferenças e similitudes entre os povos e as nações colonizadas nos dois lados do Atlântico, fronteira marítima historicamente utilizada para a criação de novas africanidades nas américas⁹⁶.

⁹⁵ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Colaborador no Diretório de pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia (UFPA-CNPq).

⁹⁶ Entrevista realizada no modo remoto, em atenção aos protocolos sanitários.

Figura 5 – Peti Mama Gomes. Foto: Arquivo da entrevistada (2022)



*Ramiro Esdras – Peti, em nome dos colaboradores do Caderno 4 Campos – o que inclui você – agradeço a disponibilidade em conversar conosco. Vamos ver como pode ser viabilizada a entrevista entre um repórter *catrumano* e uma jornalista experimentada (risos). Quero começar pelo que vou chamar provisoriamente de “feminismos” etnicamente diferenciados. A descolonização de gêneros tem proposto uma multivocalidade e multiconceitualidade que é surpreendente para neófitos como eu. Feminismos interpretados em outros termos, mulherismos e comunitarismos de gênero, enfim, o que você pode nos dizer sobre todo esse universo que se descortina na pesquisa acadêmica, mas sobretudo nos movimentos sociais e na multivocalidade de mulheres em movimento na história?*

*Peti Mama – Ramiro querido, prazer conversar com você! Eu gostei de “feminismos” etnicamente diferenciados, pois, (o conceito) parte das narrativas contra hegemônicas – universalistas – etnocêntricas para trazer uma exposição teórica que complexifica as realidades e as experiências cotidianas das mulheres de diferentes geografias e múltiplas ontologias: sejam elas negras africanas ou afro-diaspóricas. Igualmente, abre caminhos diferentes para a quebra de paradigmas estabelecidos, [o que] em consequência, possibilita-nos pensar “outras” formas de se identificar nos espaços sociais e políticos a partir das questões que nos atravessam e, especialmente, desenhar pautas diferenciadas e situadas. Enquanto mulher guineense, pesquisadora que trabalha em colaboração com as mulheres do meu país, ainda que seja em um fluxo e refluxo do rural e urbano, gostaria de colocar alguns apontamentos que possam traduzir os feminismos e mulherismos de mulheres, *Mandjuandadis* de Canchungo (minha cidade) e cooperativas *bontche* de Bissau, capital de Guiné-Bissau. Essas mulheres foram minhas interlocutoras e parceiras de pesquisa de mestrado. Elas travam as lutas contra opressões de gênero nas suas práticas cotidianas de agricultura, comércio e costura. Estou dizendo para ti que essas mulheres, suas práticas se organizam como instrumentos de luta social e coletiva para não permanecerem no lugar de subalternidade pelo simples fato de serem mulheres. Então, este universo de movimentos sociais firmado na multivocalidade e na multiconceitualidade se traduz no meu campo de pesquisa como “empoderamento” e “emancipação feminina” não pela teorização acadêmica, mas pela praticidade de se considerarem mulheres independentes em termos econômicos. Estas mulheres não se afirmam feministas e mulheristas, mas, dizem por exemplo, precisam*

ter independência financeira estável para não serem humilhadas por homens. Lembrando que, os feminismos como os *mulherismos* não existem nos seus vocabulários a partir do que compreendemos como movimentos políticos, sociais, ideológicos, filosóficos etc., que lutam contra opressão de gênero. A historiadora guineense, Patrícia Godinho Gomes (2016: 08) já dizia: “as mulheres guineenses são feministas e praticam o feminismo sem saberem que o são”. Acrescento que o conceito aparece nas suas práticas diárias, nos movimentos sociais, nas lutas pelos direitos da igualdade, também, no empreendedorismo e nas lutas pela participação política, ou mesmo nas lutas pelas políticas públicas nos seus bairros, nas suas comunidades e *tabancas* (aldeias). Em suma, na minha dissertação, afirmei que as mulheres de uma forma coletiva nas organizações africanas se afiguram nas “expressões femininas contra hegemônicas, inseridas em uma dinâmica e uma gramática peculiares” (Gomes 2019:103). Isso nos ajuda a pensar a extensão desses movimentos a partir de uma abordagem de gênero, sem excluir os homens ou outros corpos.

Ramiro Esdras – Aproveitando o ensejo, seria bom que nos falasse um pouco de sua tese de doutoramento em curso. Suas interlocutoras e interlocutores são de ambos os lados da fronteira atlântica? Há padrões mensuráveis nos colonialismos de gênero entre a África e as Américas? E não se esqueça de nos dizer por que o generalismo “África ou africanos”, largamente utilizado no Brasil, a incomoda.

Peti Mama – Essa generalização de “África ou africanos” e africanas, me incomodava bastante, agora, eu tento relaxar. Isso não significa que já sei lidar com esta questão, entretanto, escolhi o caminho pedagógico: conversa e diálogo. Estou lhe dizendo que: quando uma pessoa fala desta generalização na minha frente, eu a chamo para conversar (risos), acredito que seja o caminho mais adequado, pelo menos, por enquanto. Espero que chegue um tempo em que não precisaremos mais disso. A minha tese em curso está em movimento, gosto de dizer que ela parece como águas de cachoeira, talvez, por ser filha de Oxum. Ou seja, a tese está em busca de um formato, de um corpo, um caminho, apesar de ter clareza inicialmente de questões que quero problematizar. A pesquisa Antropológica só se faz em diálogo ou em negociação com as pessoas que escolhemos como interlocutores/as/sujeitos da pesquisa. Neste caso, minhas interlocutoras residem em Guiné-

Bissau, mulheres que movimentam a economia através do comércio. Por não ter voltado para Bissau em função da pandemia, infelizmente, ainda não tive oportunidade de conversar com elas pessoalmente, só conversamos virtualmente, confesso que está sendo interessante e desafiador, principalmente no que diz respeito ao processo de organizar os dados que venho obtendo. Gostaria de voltar um pouco deste movimento que te falei da tese, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA com um projeto que tinha objetivo analisar as relações que envolvem gênero, etnia na estrutura do Estado guineense a partir de 1974 - 2019. Entretanto, com a chegada da pandemia, fui provocada a pensar algumas questões urgentes, entrei numa negociação com a minha orientadora, Jane Felipe Beltrão, porque eu vim de uma pesquisa no mestrado no qual percebi que as mulheres representam o maior número entre trabalhadoras no país, são agentes de produção e do comércio tendo uma responsabilidade maior na garantia da “sobrevivência” familiar. Agora, após o confinamento, comecei a fazer algumas pesquisas que chamo antropologicamente “notas de busca virtual” sobre os impactos da COVID-19 na vida das mulheres guineenses, dando ênfase nas notícias que estão sendo divulgadas pelas redes de comunicação nacional. E, também, há de se levar em conta as dificuldades enfrentadas no atual cenário social na Guiné-Bissau, que é resultado da dependência da mão de obra feminina no mercado “informal” e sua vulnerabilidade econômica no contexto da pandemia. Portanto, posso lhe dizer sobre a proposição da minha tese de doutoramento em curso a partir das problemáticas observadas neste cenário pandêmico, por exemplo, é que as medidas de distanciamento social adotadas pelo governo guineense afetaram fortemente as pessoas, principalmente, as mulheres que sobrevivem através dos serviços de comércio, ou seja, aquelas que vivem exclusivamente das atividades autônomas no país. Isso é mensurável para pensarmos os colonialismos de gênero entre a África e as Américas, especialmente Guiné-Bissau e Brasil. No caso do Brasil, se voltarmos a olhar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou os dados do Ministério da Economia, perceberemos que, a desigualdade racial neste país é histórica, agora, diante da atual crise provocada pela pandemia ela se acentuou mais. O Brasil em si, na sua formação histórica, tem os lugares sociais de populações integrantes desta sociedade desenhados a partir de raça. Dito isso, as desigualdades têm cor, etnia, sexo, e até a própria geografia em termos de regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. No entanto, este cenário coloca negras e negros, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos em risco adicional frente à pandemia pelo Sars-CoV-2. Além do aumento da taxa de desemprego, podemos puxar algumas reflexões: quais foram e são os

corpos mais afetados pelo vírus? Quais são as pessoas que estão na linha de frente (as enfermeiras/os, técnicas/os, pessoas de limpeza hospitalar etc.)? Também, quem pode obedecer ao comando “fique em casa”; quem são ou foram mais acometidas (...)? O vírus é democrático mesmo, Ramiro? Queres que falemos da primeira mulher negra, empregada doméstica que testou positivo no ambiente do seu trabalho no Rio de Janeiro? Ou o caso de Miguel Otávio Santana da Silva, criança negra de apenas cinco anos de idade, filho da empregada doméstica, Mirtes Renata Santana de Souza, que precisou trabalhar no auge da pandemia (junho de 2020), em Recife? São inúmeros casos de racismo, desigualdades, políticas de extermínio da população negra, violências contra mulheres etc., resultados de colonialidades que nem cabe nesta nossa conversa...

Ramiro Esdras – São muitas perguntas para você. Se estiver sendo muito invasivo me perdoe, mas não deixe de responder assim mesmo: quem são suas principais referências de vida e acadêmicas? Como foi se descobrir uma mulher negra em um país tão visceralmente racista como o Brasil? Como é a convivência e o estudo cotidiano com feministas da estatura de Zélia Amador, Jane Beltrão e Luzia Gomes?

Peti Mama – Certamente, Ramiro, são muitas perguntas. Vou começar falando da última. Meu pai sempre diz que estou em boas mãos, após a minha mudança para Belém, realmente estou sob cuidado de pessoas queridas e especiais. Me sinto tão acolhida desde o processo seletivo. Eu sempre digo que conheci o PPGA por conta da Jane Beltrão, ou seja, não sabia do Programa. Conheci a Jane na Unilab, ela foi participar da segunda semana de Antropologia, em 2019, na época, estava ainda no mestrado, nos encontramos no auditório da liberdade, em Redenção, Maciço de Baturité, um dos principais campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, Ceará. Minha orientadora de mestrado, Carla Susana Alem Abrantes, a apresentou para mim. No dia seguinte, dividimos uma mesa, eu falava de Antropologia nos Países de Língua Portuguesa - CPLP, ela discutia as questões amazônicas, laudos antropológicos e aproveitou para falar do PPGA e PPGD⁹⁷. Eu me lembro que um Antropólogo Moçambicano, professor da Unilab, Segone Ndangalila Cossa, dizia para mim, “vamos te mandar para Jane, se prepare,

⁹⁷ PPGD - Programa de Pós-Graduação em Direito.

apresente logo esta dissertação e faça o projeto para UFPA”. E assim foi, troquei meu contato com a Jane, as minhas dúvidas iniciais foram elucidadas por ela, também pelo Antônio Carlos, secretário do PPGA, e Rhuan Carlos dos Santos Lopes, professor na Unilab, pessoas generosas comigo nesta caminhada. Então, eu sou muito apegada pelo coletivo, das pessoas que considero minha família de consideração nestas terras brasileiras. Luzia Gomes, por exemplo, é minha família e ponto, meus pais confiam tanto nela que qualquer coisa que ela fala, eles acreditam imediatamente (risos). Posteriormente, ela me apresentou uma extensão de família paraense que levarei para minha vida, como Cláudia Leão, Paulo Meira, Dimitria, minha irmã de consideração, Roberta Tavares, Anna Linhares, Joseania Miranda Freitas (baiana) etc. Tudo isso para te dizer que, minha vida acadêmica tem inúmeras influências, especialmente das mulheres que contribuíram para meu engajamento político e como ativista, sempre fui orientada pelas mulheres, desde graduação, até agora no doutorado. Quando encontro oportunidade como esta, sempre ressalto o nome da Marina Pereira de Almeida Mello, Carla Susana Abrantes, Artemisa Odila Cande, Patrícia Gomes Godinho, Luzia Gomes, Daniele Mourão, Vera Rodrigues, enfim, muitas professoras da Unilab que estou esquecendo os nomes aqui, me inspiram nesta jornada acadêmica, lógico, de formas diferentes. Outra mulher super importante, para mim, é Angélica Ferrarez de Almeida, historiadora que eu conheci em um dos congressos de estudos africanos no Maranhão, São Luís, foi ela que me apresentou a Luzia Gomes, porque até a minha aprovação no PPGA só conhecia a Jane e Rhuan. Angélica conversou comigo dizendo: “amiga você precisa conhecer a Luzia, vocês se darão bem”, falei: “por favor, me apresenta”, quer dizer, conheci a Luzia pelas redes sociais (risos)! Parece clichê, mas, foi um encontro muito bonito de almas que se reconhecem no meio de multidões, eu diria (...) Enquanto a professora Zélia Amador de Deus e Jane Beltrão, são entidades para mim. A professora Zélia me encontrou pela primeira vez na livraria Fox de Belém, ela chegou dizendo para Jane, “quem é essa menina bonita”? Na hora eu tive uma sensação de que a conhecia antes, foi um encontro muito acolhedor. Isso demonstra que a energia feminina me orienta desde sempre: eu tenho minhas duas mães como referência de vida, são mulheres sábias, de coração gigantes, trabalhadoras, parceiras para tudo. Estou aqui hoje porque elas prepararam o meu caminho, dos meus irmãos e irmãs, sabiamente. Agora, quanto a minha negritude, querido, eu sempre soube que sou uma mulher negra, o que não sabia é que meu corpo no Brasil é exposto às violências, às exclusões, ao racismo odioso de forma geral. O “Racismo à brasileira”

(DaMatta 1981), conheci, vivenciei e continuo vivenciando não apenas nas ações conscientes, mas também subconscientemente.

Ramiro Esdras – De meu ponto de vista, você foi muito feliz na escolha das instituições em que se matriculou no Brasil. Explico: A UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) é considerada por muitos como a universidade mais preta do país. Por outro lado, a UFPA (Universidade Federal do Pará), também é pioneira em ações afirmativas e políticas de acolhimento às pessoas em diáspora e/ou etnicamente diferenciadas. Suspeito que você poderia ter experimentado racismos muito distintos (e traumáticos), se tivesse pleiteado vaga em outras instituições ou regiões do país. Você escolheu ou foi escolhida por estas instituições de ensino superior? E finalmente, por que, dentre tantas possibilidades de estudar em antigas potências coloniais que guardam convênios com a Guiné, você escolheu o Brasil-colonizado?

Peti Mama – Eu escolhi a Unilab pelo seu histórico. Digo, já tinha conhecidos e conhecidas guineenses discentes, inclusive meu primo de primeiro grau, Farã Vaz, que me falava tão bem da instituição. Era estudante de escola nacional de saúde, área com grande possibilidade de obtenção do emprego no país, portanto, não almejava sair fora para estudar, porém conheci o projeto ambicioso da Unilab, a partir disso, meu tio, José Vaz (Kaká), me incentivou a escrever para fazer seleção, aceitei, o fiz, consegui uma vaga para cursar humanidades. Vim e aqui estou (risos). Então, foi na Unilab que eu virei mulher acadêmica-pesquisadora, me apaixonei pela antropologia e nela encontrei os instrumentos que eu acredito que podem transformar um pouco a realidade dos meus. A pergunta é: O que seria Peti Mama sem a Unilab? Risos! Talvez eu seria bióloga, ou continuaria como jornalista e repórter. A Unilab mudou muito a minha vida em termos de pluralidades e diversidades de epistemologias. Pois, é uma instituição que impõe um desafio teórico para a reflexão de múltiplas ontologias, das ditas interdisciplinaridades. Por exemplo, nos cursos de graduação em ciências humanas pude perceber, enquanto estudante, as perspectivas endógenas africanas e afro-diaspóricas; tive contato com o campo dos estudos dos feminismos, especialmente o feminismo negro. Nesta linha que refiro as particularidades dos mundos,

ter compreensão de outras formas de se estar no mundo, de ser mulher, de pensar a pluralidade de pertencimentos identitários. Digo mais, meu trajeto acadêmico iniciado na Unilab na graduação em Humanidades, depois no mestrado associado em antropologia da Universidade Federal do Ceará e da UNILAB (PPGA-UFC/UNILAB) e agora no doutorado PPGA/UFPA, me possibilitou (ainda me possibilita) ter estas leituras reflexivas de mundos através de saberes epistêmicos. Essas instituições em si foram para mim um instrumento privilegiado para a formação dessa profunda intelectualidade em diversos momentos, por isso, falo que Unilab é meu xodó. A considero uma instituição muito boa em termos de epistemologias para pensar as possibilidades de formação acadêmica e política. Agora a amazônica paraense, PPGA, me escolheu. Me escolheu através da Jane e cá estou tentando tecer outras redes. E, dentre tantas possibilidades, confesso que não tive na minha juventude muitas ambições de sair para estudar, talvez, refletindo agora com você, acho que tem muito a ver com as referências familiares. Minha família é dividida: uma parte em Canchungo e outra muito significativa em Senegal. Membros da minha família que estão fora do continente africano, todos moram na França. Na verdade, as potências coloniais que estabeleceram e estabelecem convênio com Guiné-Bissau nunca foram um desejo meu inicial, ou melhor, não pensava cursar o ensino superior nesses países, entretanto, quando me mudei para Bissau com a finalidade de cursar o ensino superior, não fechei a possibilidade de estudar fora do país, exceto Portugal (risos). O Brasil estava nas minhas opções na altura. Portanto, no que diz respeito à escolha da Unilab, na verdade, escolhi esta instituição do ensino superior, além do seu projeto plural, pensava que uma das regiões em que ela está situada se assemelhava com o retrato do Brasil vendida de certa forma pela TV, afinal há vários *Brasis*.

Ramiro Esdras – Você é dona de uma produção em vídeo sobre Racismo Estrutural no ensino superior brasileiro. O que são as *Okinkas*? Pode nos falar da experiência e, também, da disponibilidade da produção para o público?

Peti Mama – Sim, em 2020, dirigi o documentário racismo estrutural no ensino superior relato de experiência de mulheres guineenses, no Brasil, no âmbito de “Lutas Antirracistas desde os Sules Globais: Ações transversais desde Internet para o Enfrentamento ao Racismo

Epistêmico e Estrutural no Ensino Superior e nas Comunidades, iniciativa da la Erradicación del Racismo en la Educación Superior”, pertencente à Cátedra UNESCO “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina” da Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF), orientada a promover ações na internet que disparem reflexões e debates sobre as múltiplas formas de racismo que ainda persiste nos sistemas de educação superior, contribuindo de forma ativa para a sua erradicação. Essas ações envolveram geografias fronteiriças: Brasil, Guiné Bissau e Argentina. As geografias regionais de Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará e da Bahia, no Brasil; a cidade de Rosário, na província de Santa Fé, Argentina. Ou seja, é um projeto gigantesco que envolveu muitas pesquisadoras, pesquisadores, docentes, estudantes de graduação e pós-graduação. Nisso que entramos, mulheres e estudantes internacionais radicadas no Brasil e em Portugal, nos responsabilizamos em participar com o documentário que, na verdade, traz às nossas vivências e experiências nas universidades públicas brasileiras e portuguesas. Conteí com apoio incansável de Maria Iris Vital que fez toda montagem e Edição, professora Ana Gretel que deu assistência, as meninas de okinkas que gravaram os depoimentos. Foi um trabalho coletivo com um resultado lindo! Ah, sim, o documentário é de acesso público, está no YouTube, se quiser disponibilizar o link fique à vontade. Além do documentário, tem muitos vídeos que estão em espanhol, nós, integrantes de okinkas, legendamos em crioulo da Guiné-Bissau (...). Estamos fazendo várias ações desde o início da pandemia, mesmo quarentenadas, percebemos a necessidade e a urgência de criar um espaço de debate, de diálogo, de acolhimento, de escuta sobre as condições sociais e políticas das mulheres guineenses neste espaço de migração temporária (estudantes universitárias). Por isso, decidimos criar uma corrente de solidariedade entre mulheres negras, estrangeiras em situações de vulnerabilidade no Brasil e em Portugal, assim, surgiu as Okinkas. Este nome refere-se a uma rainha importante na história da Guiné-Bissau, Okinka Pampa, uma mulher que governou uma das ilhas de Guiné-Bissau chamada de Orango Grande.

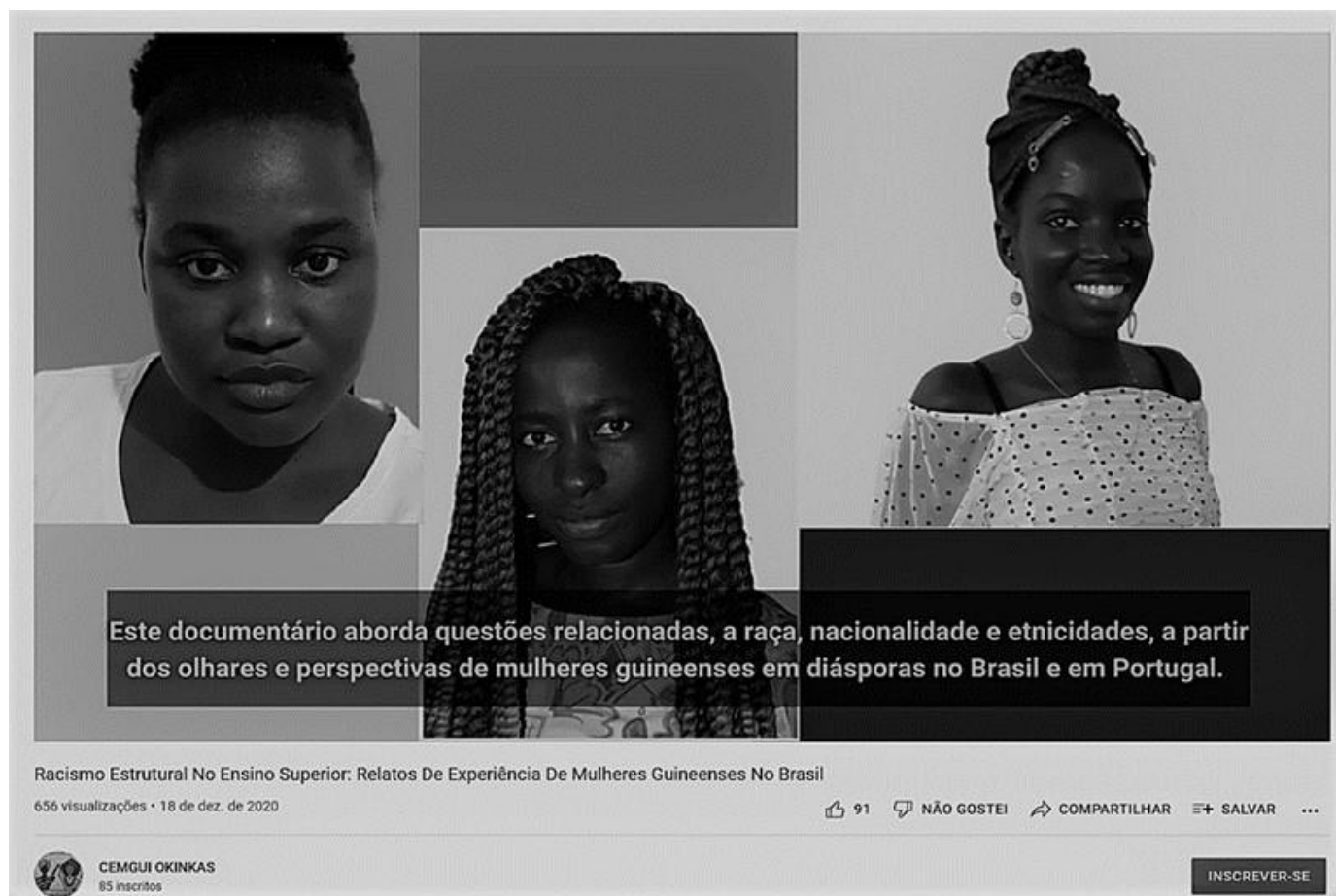


Figura 6 – Documentário Racismo Estrutural no Ensino Superior: relatos de experiência de mulheres guineenses no Brasil⁹⁸. Foto: Captura de tela (2022)

Ramiro Esdras – É sabido que povos da atual Guiné Bissau experimentaram da colonização e do jugo português por muito tempo, a exemplo de grande parte da costa atlântica brasileira. Como uma *Mandjaco* de Canchungo, você consegue identificar algo que possa ser tido como característico da colonização portuguesa no imaginário brasileiro, algo que se aplique à história dos dois países?

Peti Mama – Olha, falar dos dois países a partir desta questão do colonialismo, para mim, se trata de um movimento complexo, pois são de períodos totalmente distintos. Além disso, é um assunto que não tenho muito domínio (risos)! Ainda assim, considero o sistema

⁹⁸ A produção está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6SvE9KxXqw>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

escravocrata ser tão violento em todas as ex-colônias portuguesas, no continente africano, por exemplo, a luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde foi travada por uma guerra sangrenta. Um dos pontos interessantes a se sublinhar neste processo, foi que o líder do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC, Amílcar Cabral, dirigiu a luta de libertação nacional a partir da unidade fundamentada nas diversidades étnicas, assim como, a participação plena das mulheres. Os documentos elaborados pelo partido já previam a garantia de igualdade das oportunidades, inclusive, logo, após a concretização do projeto em que as mulheres foram incluídas como sujeitos no contexto da luta armada, surgiu um movimento de União das Mulheres da Guiné e Cabo Verde (UDEMU), uma das dissertações que discorre sobre essa questão é de uma antropóloga guineense, Iadira Antônio Impanta (2020), “Mulheres da UDEMU e experiências de vida: da luta de libertação à participação política”, recomendo para quem tem interesse em fazer uma releitura de gênero e participação política feminina na Guiné-Bissau, antes e após independência. Logo depois da independência, entramos em outra questão que é poder como um campo de disputa, ou as complexidades de descolonização como um processo muito longo. Dito isso, lembro-me do psiquiatra e filósofo, Frantz Fanon (2010), em pensarmos o mundo colonial dividido, ou melhor, “cortado ao meio”, onde tinha sociedade intermediada pelo regime opressivo de pura violência, contendo os soldados e polícias; assim como tinha a cidade do colonizado de má fama, de fome, uma cidade negra. Portanto, ao pensar a abolição aqui, vejo que, o fim do colonialismo foi literalmente abolido de forma burocrática (só), nos papéis, a realidade, ou seja, a prática é outra. No Brasil, vejo um país estruturalmente racista, digo, na prática, a população negra continua à margem da sociedade brasileira não porque escolheram ficar na margem com orgulho e dignidade, estão na margem sofrendo todas as perversidades com a permissão do estado e da elite racista. Me diga, como dissociar o imaginário de um país que se constrói e se estrutura na base de violências, desigualdades e exclusão? A partir do momento que meu corpo se apresenta em mais de três pilares: raça (negra), abertura para o racismo, gênero (mulher), assédios pelo fato de eu ser mulher e negra, africana, um continente no imaginário brasileiro onde permanece a visão inferiorizada, sustentado por livros didáticos, novelas, programas de TV, notícias, as representações artísticas etc., também, vem o classicismo, tudo isso são características dos elementos da colonização portuguesa, eu diria...

Ramiro Esdras – Encerramos falando de morte em escala industrial, pandemia, necropolítica e desigualdade vacinal. Sabemos que o enfrentamento da COVID-19 somente será efetivado, se e quando de uma perspectiva global. A mim parece incrível que os países colonialistas consigam se alinhar para a espoliação dos países em desenvolvimento, mas não se alinhem a fim de dar termo a algo que coloca o mundo em colapso, que é a produção de viroses cada vez mais mortais em função da não vacinação. Como estão as perspectivas de saúde pública e controle pandêmico em seu país? O que tem a dizer sobre o que testemunhou da política de enfrentamento à pandemia, por parte do estado brasileiro?

Peti Mama – Eu, sinceramente, sinto um incomodo borbulhando no meu estômago a partir de uma divisão do dito “países mais desenvolvidos”, “desenvolvidos”, “em via de desenvolvimento”, “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos”. Onde se desenha este desenvolvimento? Ele é endógeno? São divisões que não consideram outras formas de organização socioeconômica. Como, por exemplo, um país pode ter um crescimento econômico quando suas produções são voltadas especificamente para o consumo? Se for o caso, achas que o aumento medido através de índices como o Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB) vai apontar algum alcance do crescimento econômico? Tem pessoas que não trabalham para acumular capital, ter lucro ou poupança, nem conta no banco têm. Quando estamos falando já do desenvolvimento econômico que está em função da qualidade de vida de uma determinada sociedade, isso sim, é possível medir por meio de indicadores como a educação, saúde, renda, entre outros. No geral, estas medições, indicadores e projeções sempre vêm de fora, especialmente da Europa, não é que o Brasil esteja fora desta construção externa. Voltando para sua pergunta, Ramiro, depois que a COVID-19 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a África foi vista como um continente que serve para a aplicação de primeiras testagens de vacinas, já é um ponto para falarmos do racismo científico, por exemplo. Lembro-me do posicionamento de um futebolista senegalês nascido na França que atua como atacante da equipa de Istambul da Turquia, Demba Ba, dizendo “bem-vindo ao Ocidente, onde os brancos se consideram tão superiores que o racismo e a debilidade são banalizados”. A partir desse posicionamento, comecei a acompanhar as notícias que versam sobre a pandemia nas empresas nacionais e internacionais sobre o continente africano, confesso que,

esses canais de comunicação apontavam uma possível catástrofe, colapso (discussão mais aprofundada na tese) nos países africanos justificando a incapacidade do sistema de saúde pública e problemas de infraestruturas para lidar com uma pandemia. O surpreendente é que foi desconsiderado as experiências de epidemias e pandemias experienciadas em alguns países africanos. Tanto que, na primeira onda de COVID-19, a África apresentou-se um número baixíssimo em termos de percentual das pessoas acometidas em comparação com países europeus e o próprio Brasil. Teve, claro um posicionamento de intelectuais africanos, africanas, cientistas e ativistas contra o diretor do Instituto Francês de Pesquisa Médica (INSERM), Camille Lochet, chefe do serviço de medicina intensiva do hospital Cochin em Paris e Jean-Paul Mira, que falavam sobre a necessidade de serem realizados, na África, possíveis estudos para encontrar vacina contra a COVID-19. Considero os posicionamentos mais que necessários, afinal, estamos falando de crise sanitária mundial. E, sim, as desigualdades de vacinas foram gritantes para o continente, visto que, desde 22 de julho de 2020, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Universidade de Oxford já divulgavam os dados da desigualdade na distribuição da vacina contra a COVID-19 e seus impactos profundos nos diversos países. Outra questão, tem países que são autossuficientes na produção de imunobiológicos, então, desde a primeira, segunda e terceira fases de vacinas as suas produções foram no exterior, portanto, isso explica um custo alto por cada dose de vacina contra COVID-19, sem incluir os custos de entrega. Penso que considerar a equidade da vacinação é um ponto inicial, não só para salvar vidas, como também, combater a pandemia no seu todo. Na Guiné-Bissau, por exemplo, a COVID-19 trouxe enormes desafios à coordenação de políticas públicas, portanto, as perspectivas de saúde pública e controle pandêmico, precisou de emergência sanitária, estratégias e instrumentos de coordenação. Acompanhei a criação de algumas ações de monitoramento da situação epidemiológica, com disponibilização e transparência de informações, onde foi criado o Alto Comissariado para COVID-19 no país a fim de “coordenar a Resposta Nacional à Pandemia de COVID-19 com o intuito de responder em tempo oportuno às necessidades do sistema de saúde com vista ao achatamento da curva epidemiológica da COVID-19”, igualmente serviu como estratégias de comunicação nas plataformas digitais, consegui acompanhar todas as atualizações dos casos de Covid diariamente estando fora de Bissau, tudo isso foram e são dados imprescindíveis para minha pesquisa doutoral. Tiveram medidas de distanciamento social, para conter a transmissão do vírus; ações de vigilância à saúde, entretanto, faltou às

medidas de proteção social, especialmente voltadas às populações em situação de maior vulnerabilidade, o caso de mulheres e jovens que dependem exclusivamente do mercado “informal”. Já o que testemunhei no Brasil, foi um cenário de instabilidade política, econômica e social muito acentuada (...). No âmbito político-institucional, por exemplo, vimos constantes crises da coordenação, mudanças de ministros, a própria negligência com o vírus, falta de transparência de informações sobre a COVID-19. O sistema de saúde pública, SUS, entrou em colapso em diferentes estados ou cidades.

Referências

- Fanon, F. 1968. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- Gomes, P. G. 2016. As outras vozes: percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. *Revista Odeere*. (1):121-145.
- Gomes, P. M. 2016. Ser mulher africana e estudante no contexto da diáspora: alguns aspectos do cotidiano de estudantes guineenses no maciço de Baturité-CE, 2016. Monografia de conclusão de curso, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará.
- _____. 2019. Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Bobock e Bontche. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UFC/Unilab, Redenção, Ceará.